

Arthur Monteiro Lins Fialho

TUTELA SUMÁRIA DE DIREITOS EVIDENTES

**À Luz dos Princípios
Constitucionais do Processo**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-7693-9

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Fialho, Arthur Monteiro Lins

F438 Tutela sumária de direitos evidentes: à luz dos
 Princípios constitucionais do processo / Arthur
 Monteiro Lins Fialho - Curitiba: Juruá, 2018.
 160 p.

1118522

1. Tutela provisória. 2. Direito constitucional. 3.
 Processo civil. I. Título.

CDD 342 (22.ed)
 CDU 342

000140

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TUTELAS PROVISÓRIAS	15
2.1	TERMINOLOGIA ADOTADA.....	20
2.2	O DIREITO EVIDENTE E O ORDENAMENTO PROCESSUAL	21
2.3	A COGNIÇÃO JUDICIAL E A EVIDÊNCIA DO DIREITO	32
2.3.1	Prova, Evidência, Verossimilhança e Probabilidade.....	36
2.3.2	Grau de Cognição nas Tutelas de Evidência e de Urgência.....	43
3	A TUTELA DE EVIDÊNCIA E A PREVISÃO DO CPC/2015	47
3.1	TUTELA DE EVIDÊNCIA EM RAZÃO DO ABUSO DO DIREITO DE DEFESA OU O MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO	51
3.2	TUTELA DE EVIDÊNCIA QUANDO AS ALEGAÇÕES DE FATO PUDEREM SER COMPROVADAS APENAS DOCUMENTALMENTE E HOUVER ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADA.....	57
3.3	TUTELA DE EVIDÊNCIA NOS CASOS DE CONTRATO DE DEPÓSITO	66
3.4	TUTELA DE EVIDÊNCIA COM BASE EM PROVA DOCUMENTAL E AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO SÉRIA.....	69
3.5	TUTELA DE EVIDÊNCIA SEM A OUVIDA DA PARTE CONTRÁRIA	74
3.6	TUTELA DE EVIDÊNCIA E A FASE RECURSAL	76
3.7	TUTELA DE EVIDÊNCIA E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL	81
3.8	TUTELA DE EVIDÊNCIA E A FAZENDA PÚBLICA.....	82
4	EVOLUÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL E SUA PREPONDERÂNCIA SOBRE O PROCESSO CIVIL.....	87
4.1	PARADIGMAS DO DIREITO CONSTITUCIONAL	87
4.2	A TEORIA SISTÊMICA NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO ...	92

5	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO, A TUTELA SUMÁRIA DOS DIREITOS EVIDENTES E O ACESSO À JUSTIÇA	97
5.1	A SUMARIZAÇÃO DA COGNIÇÃO PROCESSUAL SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL	101
5.2	DEVIDO PROCESSO LEGAL E SEUS CONSECUTÓRIOS	103
5.3	PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO: RELAÇÃO ENTRE TEMPO E PROCESSO	108
5.3.1	Dano Marginal	113
5.4	PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA	116
5.4.1	Ondas Renovatórias do Acesso à Justiça	118
5.4.2	Princípio do Acesso à Justiça no Direito Brasileiro	120
5.4.3	Elementos Trazidos Pelo Novo CPC na Busca pelo Acesso e Efetividade da Tutela Jurisdicional	124
5.5	ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA TUTELA DE EVIDÊNCIA	126
6	CONCLUSÃO	139
	REFERÊNCIAS	143
	ÍNDICE REMISSIVO	151